



INDICAÇÃO

Indico, nos termos regimentais, ao Senhor Prefeito Municipal, que interceda junto ao setor competente para que envie a esta Casa Legislativa Projeto de Lei que institua o Programa “Banco de Ração e Utensílios para Proteção de Animais”, atendendo à relevante solicitação formalizada pela Comissão de Defesa e Proteção Animal da 143ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Barra Bonita/SP, por meio do Ofício nº OF.ST 24/2025 CDPA/SGB (doc. anexo).

JUSTIFICATIVA

A Comissão de Defesa e Proteção Animal da OAB/SP apresentou, por meio do ofício mencionado, substancioso e bem fundamentado pleito buscando a criação do Programa “Banco de Ração e Utensílios para Proteção de Animais”, diante da necessidade urgente de organização, transparência e eficiência na captação e distribuição de doações destinadas a protetores independentes, entidades, tutores em situação de vulnerabilidade e animais abandonados.

Trata-se de demanda social evidente: o município conta com número expressivo de animais desamparados e protetores que atuam voluntariamente, enfrentando dificuldades para suprir necessidades básicas dos animais sob sua responsabilidade. A criação de um banco municipal de ração e utensílios constitui medida técnica, socialmente relevante e juridicamente segura, capaz de estruturar políticas públicas voltadas à proteção animal.

Importa ressaltar, entretanto, que a minuta apresentada pela OAB, ao prever que o programa será gerido pelo Poder Executivo e que caberá a este regulamentar integralmente a matéria — definindo órgão responsável, controles, critérios e fluxos administrativos — adentra o campo da organização e funcionamento da Administração Pública.

À luz do princípio constitucional da separação de poderes e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, compete



privativamente ao Chefe do Poder Executivo deflagrar processo legislativo que importe atribuições, responsabilidades, estruturação ou regulamentação de políticas públicas sob gestão direta do Executivo.

Assim, para garantir **plena constitucionalidade formal**, segurança jurídica e devido processamento legislativo, faz-se necessária a **iniciativa do Prefeito Municipal** para envio do respectivo Projeto de Lei, permitindo que esta Câmara Municipal possa discutir, aprimorar e votar proposta sólida, eficaz e socialmente indispensável.

A proteção animal, o respeito à legislação e a harmonia entre os Poderes são pilares essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas, motivo pelo qual a presente Indicação se apresenta oportuna e necessária.

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2025.

José Jairo Meschiato
Vereador



Câmara Municipal da Estância Turística de Barra Bonita – SP



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Barra Bonita. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://barrabonita.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=NB102222YY0H124T>, ou vá até o site <https://barrabonita.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: NB10-2222-YY0H-124T

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Indicação : 249 / 2025 - Chave de Validação: NB10-2222-YY0H-124T